



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

EDITAL - PROCESSO Nº 955/2024

1. DO OBJETO

1.1. A contratação de empresa para o fornecimento de material de proteção e segurança (EPI), em atendimento aos servidores municipais, com entrega parcelada conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Público, na modalidade, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme quantitativo e especificação abaixo:

1.2. Especificação dos objetos:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Estimado
1	100	Pares	Bota botina de Segurança de couro EPI bico de PVC. (numeração a definir)	R\$ 48,06
2	30	Pares	Bota botina de Segurança de couro EPI bico de aço (numeração a definir)	R\$ 138,49
3	2000	Pares	Luva de algodão com revestimento na palma e dorso com borracha nitrílica reforçada (tamanho e cor a definir)	R\$ 7,94
4	2000	Pares	Luva de algodão tricotada pigmentada (tamanho e cor a definir)	R\$ 2,85
5	300	Pares	Luva raspa de couro cano longo (tamanho a definir)	R\$ 15,88
6	300	Pares	Luva raspa de couro cano curto (tamanho a definir)	R\$ 11,23
7	200	Um	Óculos de Proteção (transparente ou fume)	R\$ 3,93
8	50	Um	Avental raspa de couro para proteção operador roçadeira	R\$ 45,43
9	50	Um	Perneira caneleira proteção pedras roçadeira	R\$ 39,68
10	20	Um	Abafador de ruídos tipo concha	R\$ 15,93
11	50	Um	Protetor auricular de ouvido	R\$ 2,01
12	20	Pares	Bota de PVC cano curto forrada (preta ou branca - numeração a definir)	R\$ 76,47
13	20	Pares	Bota de PVC cano longo forrada (preta ou branca - numeração a definir)	R\$ 47,98
VALOR GLOBAL ESTIMADO - TOTAL				R\$ 46.619,75

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os materiais devem atender os requisitos especificados no objeto.

2.2. Valor estimado da presente contratação firmado sobre 04 (quatro) orçamentos, para o exercício de 2024, é de R\$ 46.619,75) (Quarenta e Seis Mil Seiscentos e Dezenove Reais e Setenta e Cinco Centavos).

3. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Prazo de vigência da contratação é durante o exercício de 2024.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Justifica a aquisição em pauta, a contratação de empresa para fornecimento de materiais de proteção individual (EPI) para a prevenção aos acidentes de trabalho, a fim de garantir a segurança e a saúde de todos os funcionários, cumprindo assim a legislação vigente.

5. CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1. Os materiais serem entregues enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2. A contratação será efetuada por item, conforme tabela constante neste Termo.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo para a realização das aquisições mencionados no objeto é até dezembro de 2024, com entrega parcelada conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da aquisição dos materiais com as especificações constantes no contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.2. comunicar à Contratada, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas no objeto;

7.1.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto, após a realização da entrega dos equipamentos, e conforme acordados entre as partes no contrato, mediante o orçamento, nota fiscal;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à



execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Entregar a aquisição do objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os prestadores que não atendam;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega da aquisição, os motivos que impossibilitem a realização da entrega, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.1.6. Todos os materiais, profissionais e demais despesas para a realização das entregas da aquisição são de responsabilidade da contratada.

8.1.7. Deverá ainda a contratada estar à disposição da contratante no que tange ao objeto, em razões de esclarecimentos de dúvidas, da aquisição com eficiência e presteza.

9. DA GARANTIA

9.1. A empresa contratada deverá garantir os produtos de 1ª linha e de ótima qualidade, material conforme especificações contidas no objeto e em conformidade com a lei e conforme especificações contidas no objeto.

10. REQUISITOS DA HABILITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021;

10.2. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e



trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

10.3. Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

10.3.1. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.3.2. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.3.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

10.3.6. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O Servidor lotado como Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, será designado como fiscal e gestor da contratação, responsável por: acompanhamento da qualidade, quantidade, realizar a liquidação, atestar a nota fiscal e solicitação de pagamento, e, ainda, a responsável para acompanhar os processos os ritos processuais do fluxograma de realização de despesa pública adotado pelo Município.

12.2. O representante será responsável por acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a publicação;

13.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

13.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

13.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações designadas no Art. 155 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021;

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes desta contratação estarão ressaltadas pela dotação orçamentária: 0311.15.451.1202.2.032- Manut. da Sec. De Obras, Infraestrutura e Serv. Públicos; 3.3.90.30.00- Material de Consumo; 28 - Material de Proteção e Segurança.

16. DA DISPUTA ELETRÔNICA

16.1. A disputa será realizada no portal BNC, <https://bnccompras.com>.

São Luís de Montes Belos, Goiás, 19 de fevereiro de 2024.

Lecival Pires Nogueira

Agente de Contratação